

**Cidades abertas: Cadinhos de mudança democrática por Gregory Hadfield
o Projeto Cidade Aberta, Guimarães,
Outubro 2012**

"O homem é por natureza um animal político", escreveu Aristóteles há 2500 anos atrás. O filósofo grego acreditava que os seres humanos são criaturas sociais adequadas à vida na "polis" ou cidade-estado - suficientemente grande para ser sustentáveis, mas suficientemente pequena para que as vidas possam ser vividas numa escala humana.

A antiga Atenas tinha uma população aproximadamente de 250 mil pessoas, semelhante em tamanho à minha cidade natal, Brighton, na costa sul da Inglaterra; geralmente as pequenas cidades-estado gregas tinham uma população não maior do que a de Guimarães.

Apesar de seu tamanho, um cidadão [masculino] poderia atravessar confortavelmente Atenas desde o nascer ao pôr do sol, cruzando-se com pessoas que ele conhecia ou reconhecia, muitas das quais tomavam as decisões do dia a dia que o afetavam a si e à sua comunidade.

Frequentemente, esse cidadão – ou pessoas como ele - eram diretamente responsáveis por tais decisões, quer fosse individualmente ou coletivamente. Literalmente, Atenas era governada pelo "demos" (povo) para o "demos"; Atenas *era* "os atenienses".

Neste ensaio, procuro argumentar que a internet mudou tudo, em todo o lado. Que a profundidade do seu impacto tem ainda de ser sentida, ou mesmo imaginada. Essas tecnologias associadas têm um potencial para inaugurar uma nova era de envolvimento democrático, especialmente nas cidades - e acima de tudo nessas cidades suficientemente ousadas e determinadas para serem cadinhos, ou caldeirões, de mudança concentrada.

Os ingredientes necessários para a mudança existem e, como veremos, elementos individuais têm sido implementados em vários contextos e países ao redor do mundo – muitas vezes só em parte, em isolamento, ou em domínios discretos removidos dos processos formais democráticos.

"O futuro já está aqui", escreveu William Gibson. "Só não está distribuído de forma equilibrada"

Especificamente, quero focar-me na informação aberta e no contexto em que as cidades conectadas podem auto-conscientemente criar, organizar e compartilhar dados para impulsionar a inovação, aumentar a colaboração e dinamizar mais aplicações responsáveis e serviços centrados no cidadão.

Democracia Ateniense

Faço referência à antiga Atenas porque, apesar de todas as suas falhas, sintetiza o espírito e a promessa de "Gov 2.0", uma descrição lamentavelmente deficiente de como a tecnologia pode reenergizar e reinventar o governo e a governança - e muito mais - em sociedades democráticas.

Para a minoria que eram os cidadãos do sexo masculino - não as mulheres, os escravos, nem estrangeiros - Atenas era uma cidade notavelmente "aberta", não só politicamente, mas também culturalmente e socialmente; como resultado, prosperou e os maiores filósofos, cientistas, escritores e artistas foram atraídos para lá, oriundos de todo o mundo de língua grega. Significativamente, foram os atenienses que criaram o diálogo como uma forma de arte; eles acalentavam o debate, a conversa e o argumento - enquanto recursos da comunidade.

Na Atenas do Séc. V A.C., a democracia era exercida e vivenciada como uma forma de vida, visceralmente bem como intelectualmente. Utilizando as palavras de John Dewey, o filósofo e educador norte-americano, a democracia era um hábito e não um dever ocasional. Os resultados eram gloriosamente difundidos.

Um mecanismo crucial foi o *sorteio*, ou eleição por sorteio, que "traduzia a oportunidade de igualdade de um ideal para uma realidade "[nas palavras de Sir Moses Finley, o antigo historiador]. Por acaso cego, independentemente da riqueza ou status, um cidadão ateniense podia encontrar-se – pelo menos temporariamente – em cargos de alta categoria e delegando enorme responsabilidade. Uma característica fundamental era o pagamento modesto para detentores de cargos públicos, permitindo que os homens pobres se sentassem na *ekklesia* (conselho) e em júris de tribunais, ou para exercer qualquer função que lhe fosse atribuída por sorteio.

Numa democracia tão nova e direta como esta, a tecnologia não precisava de ser outra coisa que rudimentar. (Um dos meus dispositivos mecânicos favoritos antigos é a *kleroterion*, uma primitiva máquina de lotaria em que os jurados eram escolhidos aleatoriamente a partir de um painel de 6.000 voluntários.)

Vários milhares de cidadãos participavam rotineiramente e diretamente no trabalho de governação: na assembleia, no conselho, nos tribunais, e num grande número de cargos rotativos. Na verdade, este conceito de "amadorismo" era central para a definição de uma democracia direta e diversificada. Não havia partidos políticos; nenhum aparato governamental; nem burocracias entrincheiradas e obscuras.

Imagine-se só o que os antigos atenienses teriam feito com a internet.

Cidade 2.0

Tim O'Reilly descreveu o "Gov 2.0" como "[um camaleão, um termo coelho branco](#) que parece ser utilizado pelas pessoas para significar o que quer que elas queiram que signifique". Essencialmente, ele cobre tudo, do mundano - literalmente, não num sentido pejorativo – à sublime perturbação, em quatro áreas importantes: representação, deliberação, *participação com colaboração* e disponibilização de serviços públicos.

O seu vocabulário e âmbito, no entanto, são muitas vezes inadequados, incapazes de captar a abrangente mudança nos relacionamentos que já foi iniciada - entre o estado e a cidadania, entre empresas e clientes, entre empregadores e empregados e entre cidadãos individuais.

O discurso do "2.0" é em si mesmo enganador: o futuro não é engendrado em privado e depois libertado em várias versões. O futuro está num estado de *beta* permanente; a sua realidade – e o seu potencial disruptivo - é interativo, continuamente criado e recriado.

O que eu quero realçar são as possibilidades que aguardam a "Cidade 2.0", a cidade cujas instituições democraticamente responsabilizáveis ou financiadas com dinheiros públicos se reúnam para serem catalizadores de um ambiente e uma cultura onde a abertura se torna na configuração padrão - onde a transparência é endémica, não apenas como um fim em si, mas também como uma forma de alcançar uma maior colaboração e inovação em todos os aspetos da vida.

As cidades já dominam o planeta: mais de 640 milhões de pessoas vivem nas 300 maiores cidades do mundo; em 2050, 70 por cento da população mundial viverá em cidades.

As cidades já existem há 6.000 anos, no entanto vivemos num momento singular na história da humanidade e do desenvolvimento tecnológico. A nossa é a primeira geração a ter a tecnologia para melhorar, enriquecer e explorar a complexa rede de relações dentro das cidades - bem como a conexão entre as cidades.

As cidades mais bem-sucedidas serão aquelas que estão mais *conectadas*, onde as tecnologias digitais estão perfeita e intensamente integradas na vida quotidiana, tão omnipresentes e invisíveis como o ar que respiramos. Onde as oportunidades democráticas são "sem atrito" e implícitas, ao invés de engendradas e explícitas.

Será uma jornada difícil, principalmente para os políticos e burocratas programados para resistir à mudança inexorável em conhecimento e poder, de hierarquias para redes, de instituições para cidadãos. As palavras de Marshall McLuhan nunca foram tão pertinentes: "A nossa Era da Ansiedade é, em grande medida, o resultado de tentar fazer o trabalho de hoje com as ferramentas e conceitos de ontem".

Digital por padrão

Péricles, o grande líder da Atenas do século V, reconheceu a aventura única que os seus companheiros cidadãos tinham iniciado. De acordo com Tucídides, Péricles disse: "A nossa constituição não copia as leis dos Estados vizinhos; somos mais um padrão para os outros do que imitadores. A sua administração favorece os muitos em vez dos poucos; é por isso que é chamada de democracia.

"Se olharmos para as leis, elas asseguram justiça igual para todos nas suas diferenças particulares... se um homem é capaz de servir o Estado, ele não é impedido pela obscuridade da sua condição."

[Não é por acaso que todos esses sentimentos encontraram ecos substanciais no famoso Discurso de Gettysburg de Abraham Lincoln.]

Eu não procuro discutir se internet é o "killer app" (n.t. o derradeiro aplicativo) que automaticamente nos levará a uma nova era de Péricles. A tecnologia não criou a primeira democracia do mundo; a democracia cria a tecnologia de que necessita para se sustentar e alcançar os seus objetivos. Temos que resistir à tentação de imaginar uma visão do futuro

“geeky”, tecnocrática, elitista, utópica - ou distópica – que, felizmente, nunca chega. Certamente nunca da maneira prevista.

Claramente, os assuntos diretos de governo devem ocorrer online bem como offline, de forma tão aberta quanto possível: operações burocráticas, inscrição eletrónica de eleitores (como foi recentemente [introduzido na Califórnia](#)), registro de candidatos, petições, protestos, o voto, videoconferência e transcrição dos debates parlamentares e reuniões das vereações, o acesso a políticos e funcionários, e assim por diante.

À medida em que procuramos fazer a democracia "digital por defeito", tem que haver uma prioridade para digitalizar os mecanismos de governo e governação, para complementar - e prover alternativas para - os canais tradicionais de envolvimento, participação e influência.

Tenho a certeza de que podemos concordar que tudo isto é necessário. Mas não é suficiente.

Administração Obama

Vamos avançar rapidamente desde a Grécia antiga até ao século XXI e ao primeiro dia no cargo do do Presidente Obama, quando num memorando histórico para os chefes dos departamentos governativos e agências, prometeu fortalecer a democracia através da adoção de um nível de abertura no governo sem precedentes.

Especificamente, ele prometeu estabelecer um sistema de transparência (para promover a prestação de contas), participação pública (para melhorar a eficácia do governo), e colaboração (para envolver os cidadãos no trabalho do governo).

Para mim, a transparência é uma necessidade porque é uma pre-condição indispensável para as mais pragmáticas e produtivas áreas de participação e colaboração. A transparência ajuda a responsabilizar as instituições e os indivíduos; com mais potencia, no entanto, ela pode ser um gatilho para congregar a "sabedoria das multidões", como parte de uma abordagem colaborativa para o desenvolvimento político - ou para a auto-organização de protestos contra as políticas que são prejudiciais ao público em geral.

Para isso, precisamos criar uma sociedade mais aberta, bem como governo mais aberto: Sociedade 2.0, e não apenas Gov 2.0.

Nos quatro anos desde a diretiva do presidente Barack Obama, tem havido uma série de iniciativas de alto perfil do governo dos Estados Unidos, assim como das organizações cívicas qualificadas, como a Sunlight Foundation, OMB Watch e o Centre for Responsive Politics

Estas incluem websites como [USASpending.gov](#), um único website de pesquisa, que inclui todas as contribuições financeiras Federais; [OpenSecrets.org](#), [OpenSecrets.org](#), que acompanha o dinheiro na política e os seus efeitos nas eleições e na política pública, e o [GovTrack.us](#), de Josh Tauberer, que foi lançado em 2004, inicialmente como um hobby, e foi o primeiro website no mundo a fornecer aos cidadãos um acompanhamento, legislativo gratuito e compreensível.

Código Aberto

Abertura, no entanto, é muito mais do que transparência. Como Clay Shirky, disse [numa recente Palestra TED](#): “Transparência é abertura numa única direção. Ser-nos dado um painel de controle sem um volante nunca foi uma promessa que a democracia faz aos seus cidadãos. “

Em contraste, uma verdadeira abertura é uma troca de duas vias: a governação aberta é sobre o governo estar aberto a ideias externas e à inovação, tanto quanto tornar abertos a sua própria informação e processos.

Shirky destacou o trabalho da comunidade de programadores em código aberto, pelos seus métodos e pelos seus feitos. Em particular, ele referiu-se ao Git, o sistema de controle de versão utilizado pelos desenvolvedores de software: um meio de distribuição para facilitar a cooperação em grande escala e baixo custo, sem coordenação controlada.

Estas ferramentas podem ser adotadas para fins democráticos (para enquadramento de leis, por exemplo), sugeriu Shirky – acautelando que não devemos esperar essa mudança para um futuro próximo: “As pessoas que experimentam com a participação não têm poder legislativo. E as pessoas com poder legislativo não estão a fazer experiências com participação”.

Sem surpresa, num período de transição como este (e por causa da austeridade económica, tanto quanto apesar dela), é fácil encontrar exemplos de progresso: *ad hoc*, táticos e isolados – mais do que balanceados, estratégicos e coerentes.

Na Islândia, enquanto recuperava da crise financeira que viu o colapso dos seus bancos e do governo, as redes sociais online foram utilizadas para incentivar os cidadãos a compartilhar ideias sobre o que uma nova constituição devia conter; a anterior foi baseada principalmente em leis dinamarquesas. Experiências semelhantes foram experimentadas no Egito e na Finlândia.

No caso da Islândia, o seu Conselho Constitucional publicou rascunhos de cláusulas no seu site todas as semanas, permitindo que o público comentasse ou participasse numa discussão na página do Facebook do Conselho. Este também tinha uma conta no Twitter, uma página do YouTube onde entrevistas com os seus membros eram regularmente publicadas, e uma conta no Flickr contendo imagens do trabalho dos 25 membros do Conselho.

“Penso que esta é a primeira vez que uma Constituição está a ser elaborada sobretudo na internet”, disse Thorvaldur Gylfason, um membro do Conselho. “O público assiste à Constituição a nascer diante dos seus olhos... Isto é muito diferente dos tempos antigos, em que às vezes os obreiros das Constituições achavam melhor estarem num sítio remoto, longe da vista e do alcance”.

Mesmo que a tecnologia fosse mais “Gov 1.5” do que “Gov 2.0”, mais Facebook do que Github, Github, ainda assim o desenvolvimento era bem-vindo - particularmente porque os cidadãos estariam envolvidos no princípio do processo e não no final. O envolvimento do

cidadão desde o início é um requisito fundamental na colaboração e coprodução genuínas (em vez da simples transparência ou da mera "consulta").

Publicação aberta

Ainda há desafios, mesmo com transparência e responsabilização. A transparência exige publicação - e publicação requer uma redefinição.

Numa democracia digital “por defeito”, precisamos de redefinir publicação como a disponibilidade online em formatos não-proprietários e de leitura mecanizada, o mais atempadamente possível, sem restrições de utilização e reutilização. Por outras palavras, não só transparentes, mas abertos.

Nesta área, um excelente exemplo é o legislation.gov.uk, que faz com que todo o corpus legislativo do Reino Unido desde 1267 esteja acessível como dados ligados através de um API (Interface de Programação de Aplicativos) de alta qualidade e tecnicamente sofisticado. Quanto tempo, pergunto-me, demorará até que um governo crie um "draftlegislation.gov.uk" (projetolei.gov.uk) do tipo wiki?

[Como um aparte, enquanto investigava para este ensaio, procurei uma cópia digital dos estatutos locais da minha cidade natal. Uma pesquisa no [site da Câmara Municipal](#) produziu esta informação: *“Uma cópia impressa dos estatutos que ainda estão em vigor em Brighton & Hove encontra-se na Biblioteca Jubilee, Brighton. Eles estão no catálogo da biblioteca e são mantidos apenas para referência no piso superior. Informações: 01273 296955.”* Temos um longo caminho a percorrer!]

Ao mesmo tempo, os governos de todo o mundo têm tornado publicamente acessíveis uma quantidade crescente de dados: data.gov.uk, um dos maiores recursos de dados do mundo, com cerca 9000 conjuntos de dados do Reino Unido; data.gov, nos Estados Unidos, e muitos mais - incluindo o portal de Portugal dados.gov.pt.

Governo aberto

A escolha estafada entre “pequeno governo” ou “grande governo” é obsoleta, se não já obsoleta. A escolha não é binária; o desafio é *melhor governo, diferente governo*. Acho que são claras duas coisas: se o governo - a qualquer nível - é uma plataforma, então é uma plataforma aberta; e o que o governo deve fazer sozinho é aquilo que só o governo pode fazer. Tudo o resto é uma colaboração.

Temos sempre motivos para o otimismo. Temos evidências de que a tecnologia pode ampliar e permitir possibilidades; na linguagem da engenharia de software, temos "padrões" (apontando para o caminho à nossa frente) e "antipadrões" (destacando métodos e modelos ineficientes ou producentes).

Também temos sinais de esperança da parte da liderança política, nacional e internacional: compromissos “de cima para baixo” que, espero, irão inspirar ações “de baixo para cima”. Passou pouco mais de um ano desde o lançamento da [Parceria Governo Aberto](#) (OGP), que engloba países e organizações da sociedade civil que acreditam que ter em conta a

experiência dos cidadãos e empresários resultará num melhor processo de decisão; os seus primeiros líderes foram o presidente Obama e a presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

Já com o apoio de 57 países, a instituição afirma ter tido um impacto sobre a vida de quase dois biliões de pessoas - 30 por cento da população mundial. Em setembro, quando o Reino Unido assumiu a co-presidência, ela enumerou alguns dos destaques do progresso nos governos participantes. Estes incluem.

- Na [Bulgária](#) o governo está a publicar relatórios diários de gastos orçamentais, com o destinatário de cada pagamento e o fim a que se destina.
- Na [Croácia](#): empresas de interesse especial para o Estado são obrigadas a publicar anualmente relatórios de atividade:
- Mecanismos inovadores de prestação de contas públicas foram desenvolvidos: um novo "barómetro de abertura" na [República Eslovaca](#); um "observatório de governança" no [Peru](#); e um painel público de pontuação na [República Dominicana](#).

Então, como é que vamos conseguir a transformação democrática, burocrática e organizacional que nos leva de onde estamos para onde queremos ir? A tecnologia é apenas um facilitador, não um fim em si mesmo. Não há roteiro, nem projeto; existem apenas princípios e processos.

Gov.UK

Enquanto escrevo, o Serviço Digital do Governo do Reino Unido (GDS) - sob a liderança inspiradora de Mike Bracken, o seu diretor executivo - lançou a partir de beta um único domínio para todos os serviços do governo: www.gov.uk.

Em pouco mais de um ano – utilizando design centrado no utilizador, metodologias ágeis, e software livre (como na Islândia e num número crescente de governos) - a equipa do GDS, uma equipa que tem atraído alguns dos mais talentosos "goverati", tem liderado o caminho pelo exemplo.

Não importa o quão impressionante é a entrega - um website que torna a vida mais fácil para os cidadãos que fazem 1,5 biliões de transações por ano com o governo - o aspeto mais inspirador do feito do GDS é a maneira como ela foi obtida: abertamente, centrada no cidadão, interatividade, colaboração dentro e além do governo, e de forma económica.

Hoje, quando falamos de comunidades, muitas vezes referimo-nos a comunidades de práticas, comunidades de interesses, e de propósitos. Muito raramente reconhecemos explicitamente o valor persistente gerado pelas comunidades de sítio: a intersecção física entre o global e local; os bairros onde ainda hoje a maioria de nós trabalha, faz compras, desfruta do lazer e busca o prazer; onde nos sentimos em casa, onde tudo o que acontece está a acontecer nas nossas "traseiras", onde até mesmo o mundano é significativo.

Cidades abertas

Nesta seção final, gostaria de sublinhar brevemente alguns desenvolvimentos específicos que identificarão o futuro das cidades progressistas, abertas a tornarem-se cadinhos para a mudança global.

Dados abertos

A criação de repositórios de dados abertos especificamente para a cidade, do tipo do que já existe em [Londres](#), [Nova Iorque](#), [São Francisco](#), [Chicago](#) e inúmeras outras cidades ao redor do mundo tem gerado um enorme potencial.

Uma primeira audiência para estes armazéns de dados, creio eu, são os empreendedores e ativistas cívicos, que estão dispostos a trabalhar com organizações públicas para criar aplicações inovadoras e serviços que melhorem a vida de todos nós.

Até certo ponto, vimos o que esta abordagem pode conseguir em competições como as Apps for Democracy, Apps for America, ou Big Apps 3.0, em Nova Iorque. Num contexto semelhante, devíamos estar sensibilizados com o tipo de "crowdsourcing" que foi aprovado pelo Programa Simplex em Portugal, em que os funcionários públicos bem como os cidadãos são convidados a sugerir iniciativas para simplificar a governação e a prestação de serviços. Demasiadas vezes, as organizações públicas e privadas ignoram o potencial interior de inovação.

Dados cívicos

Como ex-jornalista, argumentei que os [jornais da cidade têm um papel a desempenhar](#), não só na criação e organização dos repositórios de dados urbanos, mas também na construção de aplicações e serviços que utilizem os dados que esses repositórios fornecem.

Os dados cívicos de que estou a falar têm maior valor quando são gratuitos. É sobre escolas, áreas de recolha, preços de imóveis; é sobre horários e paragens de autocarros, pontos de táxi, parques de estacionamento e congestionamentos de tráfego; é sobre a utilização de energia, emissões de CO2, e pegadas de carbono. Literalmente, a lista é interminável.

Durante muitos anos, a [mySociety](#) no Reino Unido criou ferramentas para a participação cívica local. As mais notáveis incluem [FixMyStreet](#), uma ferramenta que permite a denúncia on-line de grafitis, despejos de lixo na via pública ou calçadas partidas, e [FixMyTransport](#), uma forma de comunicar, visualizar e resolver os problemas nos transportes públicos. Por mais que eu os admire, no entanto, estou sempre frustrado de que nenhum deles tenha atingido uma massa crítica ao nível local onde habito.

Infelizmente, nenhuma autoridade da cidade decidiu utilizar algumas ou todas estas ferramentas como parte da sua estratégia para melhorar os serviços – da mesma forma como muitos têm, por exemplo utilizado o Facebook ou o Twitter como parte de sua estratégia nos média sociais. Como resultado, não tem havido uma adoção generalizada por parte dos cidadãos em qualquer cidade (é impressionante, porém, o número de utilizadores que poderá haver por todo o país).

Geração de dados por utilizador

[O Open 311](#) e a sua recente - e mais impressionante - implementação [em Chicago](#), anunciada em setembro pelo presidente da Câmara Rahm Emmanuel e o seu diretor tecnológico, John Tolva (é notável aqui o poder dos autarcas em conjunto com os diretores

tecnológicos, diretores de informação ou de inovação) é um novo sistema de solicitação de serviços – disponível por telefone, SMS, email e Twitter - que permite aos cidadãos fazer e acompanhar pedidos ou informação não urgentes (remoção de graffiti, remendo de buracos, reparação de luzes de rua, e assim por diante).

A central telefónica do 311 de Chicago recebe anualmente uma média de 3,9 milhões de chamadas; quase 40 por cento são duplicações ou cidadãos a verificarem sobre o estado de uma solicitação. De forma inédita, ao permitir que os residentes verifiquem os serviços pedidos on-line, a cidade pode obviamente reduzir ineficiências e melhorar os tempos de espera.

É importante ressaltar que os programadores estão autorizados a ter acesso à plataforma tecnológica e a desenvolver aplicações inovadoras para revolucionar ainda mais a experiência do utilizador. A abertura do sistema permite-lhes construir novas aplicações para enviar solicitações de serviços – incluindo localização e detalhes de fotos, incentivando assim a enviar relatórios precisos e detalhados aos departamentos da cidade.

Mais interessante, porém, os dados gerados por cidadãos que procuram um serviço podem identificar lacunas na prestação, construir uma base de conhecimento para uso imediato e informar soluções estratégicas de longo prazo. Noutras palavras, a base de dados pode dar uma voz aos sem voz - como evidenciado por um notável artigo na revista Wired em novembro de 2010, intitulado: [What 100 million calls to 311 reveal about New York](#).

O próprio ato de articular uma necessidade individual pode desencadear um esforço de toda a cidade para atender a essa necessidade; coletivamente, os pedidos agregados abertamente articulam as necessidades comuns da cidade - informando assim os esforços da comunidade mais vasta para satisfazê-los. Já existem projetos-piloto em Chicago, Nova Iorque, Filadélfia e Boston, onde a inteligência preditiva e a analítica podem identificar as necessidades e prioridades com antecedência.

Informar é capacitar

Este ensaio tem-se focado muito em dados. Espero, no entanto, ter mostrado que a questão central não é sobre os dados, nem sobre a tecnologia. Trata-se de satisfazer as necessidades dos cidadãos, oferecer soluções para os problemas, e fornecer respostas para perguntas.

Em conclusão, deixem-me referir mais um ponto crucial: a procura de dados abertos é uma necessidade de transição. Força cada governo, instituição, organização e empresa reimaginar a sua missão e propósito: servir o utente, o cliente, o empregado, o cidadão, o indivíduo. Obriga-nos a todos a prepararem-se para um futuro, em que não é a informação que é o poder, é o fornecimento de informação que é poderoso. Mais importante ainda, é o fornecimento de informação que é capacitador (no original: «empowering»).

Assim como ninguém poderia ter previsto o que poderia ter sido alcançado nos primeiros 50 anos de internet, o que poderia ser construído com HTML e hipertexto, também ninguém pode prever o que vai resultar dos dados abertos (open data), dados ligados (linked data) e as novas tecnologias de "web semântica".

Uma cidade de dados abertos é uma cidade centrada no cidadão, uma cidade colaborativa, uma cidade democrática. As possibilidades são infinitas – e, depois de 6000 anos, nós estamos só no início.

Gregory Hadfield foi o primeiro jornalista nacional a deixar Fleet Street para a internet em meados dos anos 1990. Antigo editor do The Sunday Times, é o fundador do britânico Open-data Cities Conference e diretor de projetos estratégicos na [Cogapp](#), [Cogapp](#), uma agência digital.

Este trabalho (Cidades Abertas: Cadinhos para a mudança democrática por Gregory Hadfield) foi encomendado pela Watershed como parte da Cidade Aberta, um projeto que faz parte do Programa Cidade (City) para Guimarães, Portugal - Capital Europeia da Cultura em 2012.

Como parte da vertente Cidade Aberta, a Watershed tem organizado uma série de [intervencões artísticas](#), além de encomendar peças de pensamento que irão explorar o conceito de abertura em relação ao desenvolvimento da cidade. Cidade Aberta oferece a oportunidade a Guimarães para estabelecer um papel de liderança para o desenvolvimento do conceito de cidade aberta. É um programa de intercâmbio de conhecimento que vai ajudar a redesenhar abordagens para a construção de cidade e mudar os caminhos como planejamos, prestamos serviços e envolvemos as comunidades.

Este trabalho será publicado on-line e apresentado em Guimarães, fornecendo o contexto e o conteúdo para um simpósio a ser realizado na cidade em novembro de 2012.

www.watershed.co.uk/opencity